

## Sindprev reforça a luta contra a reforma administrativa em Brasília e no ES

*Propostas abrem as portas para o rebaixamento de salário dos servidores/as, para o fim da estabilidade, para demissões e a contratação de servidores temporários, além de outros ataques ao serviço público e à população. É hora de reforçar a luta!*

**D**e 18 a 30 de agosto, o Sindprev-ES reforçou a luta, em Brasília, contra a reforma administrativa. A proposta pretende acabar com o serviço público e tem como relator o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ).

O coordenador da Secretaria de Administração do Sindprev-ES, Willian Aguiar Martins, esteve na capital federal e participou de diversas atividades. “Realizamos ações no aeroporto de Brasília para conversar com os deputados e com a população contra a reforma. Se for aprovada, ela abrirá portas para o rebaixamento de salário dos servidores e servidoras, para o fim da estabilidade, para demissões e a contratação de servidores temporários. Isso significará a destruição do serviço público, menos qualidade no serviço prestado à população e mais corrupção, como a famosa “rachadinha”. Por isso deixamos claro que o deputado que votar a favor da reforma, não volta”, destacou Martins.

### Luta na Conferência de Saúde

Ele também representou o Sindprev-ES na 5ª Conferência Nacional de Saúde do/a Trabalhador/a, que reuniu mais de três mil participantes de todo o país, em Brasília. No evento foi realizada uma panfletagem contra a reforma administrativa e, na plenária final, a



Foto: Fenasp

Fenasps fez uma intervenção política importante: a entrega de uma carta aberta contra a reforma.

O documento, elaborado pelo Fonasefe, denuncia que a reforma precariza os serviços públicos, ataca a estabilidade, amplia contratações temporárias e abre caminho para corrupção e clientelismo. Em vez de atender às necessidades da população, busca reduzir custos por meio da privatização e do sucateamento, ameaçando diretamente o SUS e a democracia.

### Luta no Estado

Para reforçar a luta no Estado, o Sindprev-ES participou do relançamento da Frente Capixaba Contra a Reforma Administrativa, realizada no dia 29 de julho, na sede da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito San-

to (Adufes), na Ufes, em Vitória.

A atividade contou com representantes do Sintufes, Sinasefe Ifes, Adufes, Sindibancários-ES, Sindipúblicos-ES, Movimento Vida Além do Trabalho (VAT), mandato da deputada estadual Camila Valadão (Psol-ES) e CSP Conlutas.

“A luta continua e está sendo reforçada, tanto em Brasília, como no nosso Estado. Teremos mais ações, conforme deliberação da plenária virtual da Fenasp. É importante que os servidores e a população pressionem os parlamentares e reforcem a frente capixaba porque a reforma atingirá também os servidores estaduais e municipais. A luta contra a reforma é também a luta em defesa do SUS, da democracia e do direito da população a serviços públicos universais e de qualidade”, convocou Martins.

**2** | 12 Referências do ex-IAPAS: processo segue para expedição de precatório

**3** | Funasa: a luta dos servidores por Justiça contra o legado tóxico do DDT

**4** | Portaria 243 (MS), auxílio-nutrição para aposentados e pensionistas e mais!

# Ação das 12 Referências do ex-IAPAS: processo segue para expedição de precatório

*O sindicato acompanha de perto cada passo dessa etapa para garantir que os pagamentos sejam realizados da forma mais célere possível*

**A**ção coletiva das 12 Referências do INSS, que envolve mais de 150 servidoras/es beneficiadas/os, avançou para uma etapa decisiva. Após a homologação dos cálculos, o processo aguardava definição sobre a forma de processamento da execução, já que execuções em ações coletivas com esse volume de substituídos são, por natureza, mais complexas.

Inicialmente, a Justiça determinou que a execução fosse processada individualmente, decisão que foi prontamente acatada pelo setor jurídico do Sindprev-ES, que inclusive avaliava esta modalidade como a mais adequada para a condução dos pagamentos.

Contudo, por razões internas, a Justiça do Trabalho suspendeu a decisão anterior e, posteriormente, definiu que a execução deveria ocorrer coletivamente nos próprios autos da ação coletiva. Mais uma vez, o sindicato acatou a decisão judicial e apresentou o pedido de execução coletiva, como determinado.

“Atualmente, o processo já se encontra em fase de expedição de precatórios na Justiça do Trabalho. O sindicato acompanha de perto cada passo dessa etapa, com o compromisso de garantir que os pagamentos sejam realizados da forma mais célere possível, trazendo a devida reparação financeira aos servidores contemplados”, destaca o coordenador da secretaria de Assuntos Jurídicos do Sindprev-ES, José Carlos Candeias.

É importante destacar que, para a expedição dos RPs e precatórios, será necessária a apresentação de documenta-



ção própria por cada beneficiário. O sindicato já publicou chamamentos para que os servidores apresentassem a documentação, e aqueles que já entregaram seus documentos tiveram seus pedidos de execução encaminhados à Justiça.

Os que ainda não apresentaram devem providenciar a documentação o quanto antes e entregá-la ao jurídico do Sindprev-ES. A lista completa dos servidores beneficiados, assim como a relação dos documentos exigidos para o recebimento, encontra-se disponível no setor jurídico do sindicato.

“Essa vitória é fruto da persistência da categoria e da atuação firme do sindicato em todas as fases do processo. Continuaremos atentos e informando a categoria sobre cada novidade até o efetivo pagamento”, completou Candeias.

## Vitória! Abono de permanência deve integrar cálculo do 13º salário e do terço constitucional de férias

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, em junho de 2025, que o abono de permanência integra a base de cálculo da gratificação natalina (13º salário) e do terço constitucional de férias das/os servidoras/es públicas/os. A decisão representa uma importante vitória para a categoria e encerra uma longa controvérsia jurídica sobre o tema.

Com isso, ficam uniformizadas as decisões em todo o país, e os tribunais devem aplicar automaticamente o entendimento ao julgarem casos semelhantes.

### Como isso impacta os servidores da base do Sindprev-ES?

O sindicato, por meio de sua assessoria jurídica, propôs tanto ação coletiva quanto diversas ações individuais tratando da incorporação do abono de permanência ao

cálculo do 13º salário e do terço de férias.

Essas ações estavam suspensas aguardando o desfecho do julgamento no STJ. Com a definição favorável, os processos estão sendo retomados e terão prosseguimento, com aplicação do entendimento consolidado.

### Próximos passos

A equipe jurídica do sindicato já está adotando as providências necessárias para reativar os processos e garantir que o direito reconhecido pelo STJ seja efetivado para todos as/os filiadas/os beneficiárias/os das ações.

Caso você ainda não tenha ingressado com ação individual ou deseje mais informações sobre seu processo, entre em contato com o sindicato.



# O legado tóxico do DDT: a luta dos servidores da Funasa por Justiça

*Sindprev-ES ajuizou uma ação contra a Funasa e a União, exigindo indenizações por danos morais e materiais, além de tratamento médico para os afetados*

Imagine trabalhar por décadas combatendo doenças como malária e dengue, manipulando pesticidas altamente tóxicos sem nenhuma proteção. Essa foi a realidade de centenas de servidores da antiga Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam), hoje Funasa, no Espírito Santo.

Durante os anos 1970 a 1990, eles pulverizavam DDT e outros organoclorados em casas rurais e urbanas, sem máscaras, luvas ou treinamento adequado. O resultado? Uma contaminação silenciosa que persiste até hoje, com impactos devastadores na saúde e na vida de servidores e suas famílias.

Em 2023, exames toxicológicos revelaram que servidores aposentados ainda carregam cerca de 4 partes por bilhão (ppb) de p,p'-DDE, um metabólito do DDT, no sangue. Esse número pode parecer pequeno, mas é alarmante. Segundo estudos científicos, como o publicado na revista *\*Ambiente & Sociedade\** (2004), o p,p'-DDE tem uma meia-vida de 5 a 10 anos, sendo eliminado lentamente do corpo. Isso significa que, há 20 ou 30 anos, os níveis desses servidores eram provavelmente 50 a 100 vezes maiores, na faixa de 50-100 ppb, típica de trabalhadores expostos sem proteção (*\*Jornal de Pediatria\**, 1981). Para comparação, a população geral apresenta níveis de apenas 0,7-2 ppb (CDC, 2009).

A presença de p,p'-DDE no sangue, mesmo após décadas, é um lembrete cruel da negligência da Funasa. Servidores contaminados relatam insônia, dores de cabeça e ansiedade, sintomas associados à exposição crônica a organoclorados (*\*Environmental Health Perspectives\**, 2009). Pior, muitos temem desenvolver doenças graves, como câncer ou diabetes, riscos documentados pela ciência. Suas famílias, que tiveram contato indireto com o DDT, também podem estar contaminadas, vivendo sob a mesma angústia.

Diante dessa injustiça, o Sindprev-ES ajuizou uma Ação Civil Pública contra a Funasa e a União, exigindo indenizações por danos morais e materiais, além de tratamento médico



para os afetados. A ação movida representa não apenas os servidores ativos e aposentados, mas também aqueles que faleceram e seus familiares.

Após o ajuizamento da ação, foi apresentada contestação pelas rés. No momento, o sindicato prepara sua manifestação em réplica e a formulação dos pedidos de produção de provas, que serão apreciados e produzidos no curso do processo.

Essa batalha judicial se soma a iniciativas políticas, como o Projeto de Lei nº 636/21, que propõe indenização de R\$ 100 mil para cada vítima.

A luta desses servidores é também uma causa coletiva. O DDT, banido em 2009, deixou um legado tóxico que transcende o Espírito Santo, afetando trabalhadores em todo o Brasil. Compartilhe esta história e cobre das autoridades uma resposta à altura. A saúde e a dignidade desses heróis da saúde pública não podem ser esquecidas.

## Ações de 28,86% e Anuênio: atenção às propostas de terceiros

O Sindprev-ES alerta a categoria para o crescente assédio de terceiros (advogados e associações) que têm oferecido o ajuizamento de novas ações sobre os temas 28,86% e anuênio.

É importante reforçar que toda a categoria já ingressou com as ações cabíveis nesses temas e já recebeu o que era devido. Portanto, não há nenhum direito pendente de ser cobrado novamente.

O ajuizamento de ações repetidas pode trazer sérias consequências indesejáveis para os servidores, como:

- Pagamento de custas processuais e honorários advocatícios;
- Risco de condenação por litigância de má-fé, caso o juiz entenda que a ação foi proposta de forma maliciosa para tentar receber duas vezes o mesmo direito.

A recomendação é que as servidoras e servidores não deixem levar por propostas enganosas e, em caso de dúvidas, procurem sempre o sindicato para obter informações seguras. O Sindprev-ES seguirá firme na defesa dos direitos da categoria, mas também na prevenção de riscos desnecessários que possam afetar financeiramente a categoria.

# Revisão da portaria 243 é pauta da reunião da mesa setorial do Ministério da Saúde

Foto: Fenasps

No dia 18 de agosto, o coordenador da Secretaria de Administração do Sindprev-ES, Willian Aguiar Martins, participou da reunião da mesa setorial do Ministério da Saúde (MS), em Brasília. A pauta foi a revisão da portaria nº 243/2015, que dispõe sobre a cessão de servidores públicos federais do quadro do MS, suas autarquias e fundações, para atuação no SUS, junto a estados, municípios e ao Distrito Federal.

A portaria 243 assegura direitos básicos aos servidores cedidos, tais como jornada de 30 horas em turnos ininterruptos, acesso à educação permanente, realização de exames periódicos e fornecimento de equipamentos de proteção. Essas garantias têm sido sistematicamente desrespeitadas, com servidores sendo colocados em disponibilidade sem local de trabalho definido, em um processo que gera insegurança, precarização e favorece o adoecimento.



Na reunião, foi deliberado que as propostas de alteração da Portaria 243 serão encaminhadas às assessorias jurídicas das entidades para análise técnica. A partir dessa avaliação, será construída uma nova proposta consensual para posterior apresentação ao governo.

## Em defesa do auxílio-nutrição para os servidores aposentados e pensionistas!

O Sindprev-ES também reforçou a luta em defesa da criação de um auxílio-nutrição para os aposentados e pensionistas.

O objetivo é que o auxílio garanta a segurança alimentar e melhore a qualidade de vida e de saúde dessa parte da categoria, em um momento de maior vulnerabilidade econômica e social.

Além da ausência de políticas econômicas, esse setor ainda enfrenta o confisco indevido de seus proventos. Atualmente, os servidores aposentados e pensionistas sofrem a cobrança da contribuição previdenciária, mesmo tendo contribuído a vida toda e alcançado a tão sonhada aposentadoria. Defendemos o fim dessa taxa indevida.

## Plano de saúde para servidores da extinta Sucam

No dia 22 de agosto, o coordenador da Secretaria de Administração do Sindprev-ES, Willian Aguiar Martins, participou de uma reunião com o deputado federal e líder do governo no congresso, Lindbergh Farias (PT). Na pauta estava a proposta de emenda à Constituição (PEC) 101/2019, que visa conceder plano de saúde a servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam) contaminados por pesticidas como o DDT. “O deputado informou que em breve esse plano de saúde estará ativo para os trabalhadores. Vamos reforçar a luta para que isso se concretize”, garantiu Martins.

## Greve de 2022!

Na mesma reunião, também esteve em pauta o pagamento dos dias da greve de 2022. “Nós já pagamos esses dias há muito tempo, mas o governo avalia que não tá pago. Isso tem gerado problemas para a progressão funcional de servidores. O deputado afirmou que buscará resolver essa questão o mais rápido possível e nós vamos lutar para isso”, informou Martins.

## Grito dos Excluídos

No dia 7 de setembro, o Sindprev-ES participou, do 31º Grito dos Excluídos, realizado no Centro de Vitória. O ato reuniu movimentos sociais e sindicais que levaram às ruas pautas como a luta contra a Reforma Administrativa, o fim da escala 6x1, a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil, a taxa de super-ricos e a defesa da soberania nacional diante dos ataques dos Estados Unidos e do bolsonarismo.

Também houve forte manifestação contra qualquer anistia aos golpistas do 8 de janeiro que passam pelo julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF). Além disso, famílias da Ocupação Vila Esperança, removidas de suas casas em Vila Velha, marcaram presença para denunciar a violência sofrida e reivindicar o direito à moradia.

### Alerta de golpe!

Estelionatários estão novamente enviando mensagens pelo WhatsApp e realizando ligações, se passando pelos advogados Marcelo Matedi e Leonardo Pizzol Vinha, que atuam na assessoria jurídica do Sindprev-ES. Os criminosos solicitam pagamentos via boleto, Pix, depósito ou transfe-



rência, ou ainda pedem a assinatura de documentos.

Atenção! Os advogados Marcelo e Leonardo não entram em contato diretamente para solicitar qualquer tipo de pagamento. Quando necessário, a comunicação é feita exclusivamente pelos canais oficiais do sindicato.

Fique atento e não caia em golpes!